2024-2028

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

PRR
Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU

CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

RadarSocial
CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Ficha Técnica do Documento

Título	Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Paredes
Âmbito Territorial	Concelho de Paredes
Data de Elaboração	Dezembro de 2024
Período de Vigência	2024 - 2028
Coordenação no Município de Paredes Vereadora do Pelouro de Ação Social	Beatriz Meireles
Coordenação da Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social	Maria João Pinho
Desenvolvimento e Produção	Radar Social • Cláudia Midão | Técnica Superior de Psicologia • Cláudia Moreira | Técnica Superior de Serviço Social • Paula Monteiro | Técnica Superior de Serviço Social • Susana Vieira | Técnica Superior de Educação Social
Intervenientes Privilegiados	Núcleo Executivo Conselho Local de Ação Social de Paredes
Data de Aprovação	Dezembro de 2024

INDICE

Introdução 4
Metodologia 6
1. PRINCIPAIS EIXOS DE INTERVENÇÃO 8
1.1 Cronograma do Programa Radar Social 8
1.2 Agentes Sociais Envolvidos: 9
1.3 Reuniões em *Focus Group* 11
2. AGRUPAMENTO DE PROBLEMAS 13
Quadro n.º 1 – Educação 13
Quadro n.º 2 – Emprego e Formação Profissional 15
Quadro n.º 3 – Família: Envelhecimento e Deficiência 17
Quadro n.º 4 – Saúde 19
Quadro n.º 5 – Habitação 21
3. PRIORIDADES E OBJETIVOS 22
Eixo Prioritário: Educação 23
Eixo Prioritário: Emprego e Formação 25
Eixo Prioritário: População idosa e portadora de deficiência 28
Eixo Prioritário: Saúde 30
Eixo Prioritário: Habitação 31
4. Avaliação 33
5. Constituição do Conselho Local de Ação Social de Paredes 35
Lista de Acrónimos e Abreviaturas 39
Bibliografia 40

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), conforme previsto pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, tem como objetivo fundamental enquadrar as decisões e intervenções para a promoção do desenvolvimento social, constituindo um instrumento de políticas sociais que vincula todas as entidades com intervenção social no concelho de Paredes. O PDS aqui apresentado, surge da necessidade de atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social, no seguimento do Diagnóstico Social de Paredes 2024.

Nesta perspetiva, importa referir que o PDS é um instrumento de definição conjunta e negociada dos objetivos prioritários com vista à promoção do efetivo Desenvolvimento Social Local. Entre outros aspetos, prioriza o benefício das pessoas e famílias, das comunidades e dos territórios. Alinha estratégias, recursos e atores para atender às necessidades mais urgentes e melhorar as condições de vida da população de maneira sustentável e inclusiva.

Como refere Fernando Ruivo (2000), "só através de uma rede local coordenada e dinâmica, em que imperem ou possam vir a imperar os princípios da participação ou do partenariado, se conseguirá lidar com muitos problemas sociais, muito especialmente os relativos ao fenómeno complexo da exclusão social".

Neste sentido, podemos dizer que o Desenvolvimento Social resulta, então, da união de esforços de todo um conjunto de Instituições (públicas e privadas) que têm no centro das suas atenções as pessoas, isto é, as necessidades, os direitos, as aspirações, a melhoria do bem-estar e qualidade de vida.

Este PDS define-se, por isso, como um plano de ação estratégico onde constam as prioridades de intervenção, os objetivos, bem como os resultados que se pretendem alcançar. Todo este processo foi mobilizado como um instrumento, coordenado entre os agentes, assente na negociação das intervenções de forma a aumentar a colaboração intersectorial e capacitar a produção de impactos na realidade social.

O documento assume, como ponto de partida, as principais conclusões do Diagnóstico Social do concelho de Paredes, que propõe cinco eixos de intervenção prioritária, sobre os quais se gerou um debate alargado e participado sobre recursos a mobilizar, compromissos, objetivos e indicadores a monitorizar, com vista à transformação da realidade e à promoção da coesão e bem-estar sociais.

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Paredes terá a vigência de quatro anos, sendo operacionalizado através da execução dos Planos de Ação Anuais.

METODOLOGIA

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Paredes apresenta-se como um instrumento de planeamento da Rede Social e as opções metodológicas em que assenta, permitem responder aos objetivos de um documento estratégico e devidamente participado. Resulta de um esforço de articulação entre vários parceiros, e tem por objetivo estudar, compreender e atuar sobre as condições sociais do desenvolvimento local, não intervindo apenas nas suas consequências ou manifestações.

A elaboração deste documento tem na sua base o Diagnóstico Social do concelho de Paredes 2024, onde se procurou identificar os principais problemas socias do concelho, bem como as prioridades de intervenção, percecionadas pelas entidades que se encontram no terreno e desenvolvem a sua atividade junto das populações-alvo. Pretende-se com esta metodologia garantir que a reflexão se baseie na experiência destas entidades.

Deste modo, a abordagem metodológica assentou, num primeiro momento, no levantamento dos problemas e priorização das temáticas com recurso à técnica/ferramenta "Nuvem de Problemas"[1]. Desta reunião com os parceiros da Rede Social, foram então identificadas áreas de intervenção prioritárias, destacadas no Diagnóstico Social, a referir, a Educação, o Emprego e Formação, o Envelhecimento, a Deficiência, a Saúde e Habitação. Estes eixos constituíram um importante ponto de partida, funcionando como critério para a definição dos grupos de reflexão, num segundo momento de trabalho. Destas reuniões por grupos temáticos, resultaram as Análises SWOT, com as forças e fraquezas (dimensão interna), e as oportunidades e ameaças (dimensão externa) por problemática.

Considerou-se que a primeira reunião de reflexão, em grupos mais restritos, deveria ser realizada com presidentes/ representantes das Juntas de Freguesias e das Uniões de Freguesias, entendendo-se que são elementos próximos das populações, que melhor conhecem a realidade local. Desta reunião, surgiram contributos nas diferentes áreas temáticas, que se refletiram nas análises SWOT. As reuniões seguintes foram realizadas com os técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), onde se trabalhou a problemática do envelhecimento e da população portadora de deficiência ou incapacidade, com os profissionais da saúde, elementos das Direções das Escolas e

[1] A nuvem de problemas é uma técnica de visualização utilizada para a realização de diagnósticos participados, que facilita a obtenção de visões partilhadas das situações.

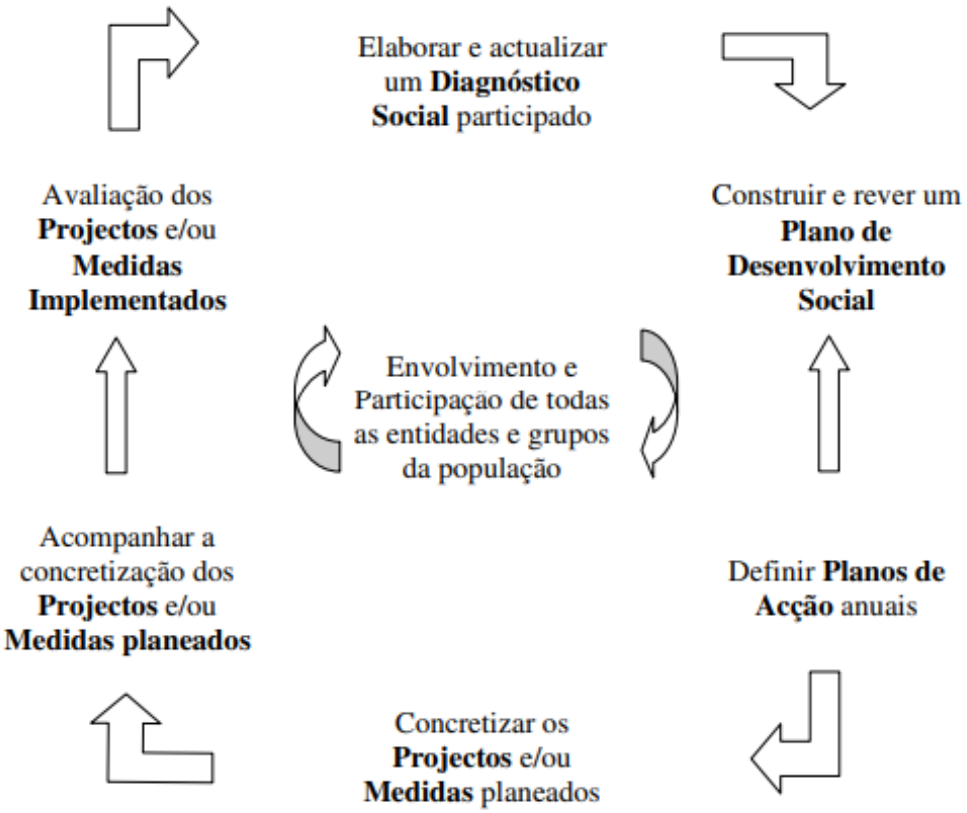
com os técnicos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Centros de Formação. A temática da habitação, foi a única onde não foi concretizada nenhuma reunião específica, tendo sido esta abordada na reunião com presidentes/ representantes de freguesias e com técnicos do município, com responsabilidade na área da habitação social.

Estas reuniões decorreram entre 6 a 29 de novembro e juntaram cerca de 60 participantes, desde o primeiro momento em grande grupo, até às reuniões por grupos temáticos.

Para a execução deste PDS e de forma a definir as estratégias/ ações seguintes, agrupou-se os Problemas/ Ameaças, tendo por base as análises SWOT realizadas em grupos de reflexão e por temática. Estes problemas contribuíram para a definição da Matriz de Enquadramento Lógico, nomeadamente para a definição dos objetivos gerais e específicos da ação e, posteriormente, para a definição dos diferentes planos de ação.

Por último, o Plano de Desenvolvimento Social foi apresentado em Conselho Local de Ação Social de Paredes (CLASP), com vista à sua aprovação.

O esquema seguinte sintetiza metodologia de planeamento estratégico e participado:



1. PRINCIPAIS EIXOS DE INTERVENÇÃO

No contexto de uma Rede Social, a colaboração dos diferentes agentes locais é fundamental, uma vez que permite a participação ativa das populações sobre as suas próprias necessidades e o envolvimento de grupos representativos nas políticas públicas. Desta forma, é possível ampliar a eficácia das respostas sociais e assegurar que as ações realmente atendam às necessidades da população.

Após reuniões com estes agentes locais, foram então definidas as principais problemáticas e os eixos prioritários de intervenção, nomeadamente:

1. Educação
2. Emprego e Formação Profissional
3. Família
4. Saúde
5. Habitação

Cada um desses eixos foi analisado e planeado com recurso a ferramentas de planeamento estratégico, com a Nuvem de Problemas e a análise SWOT, que apoiaram nas principais conclusões do Diagnóstico Social.

1.1 Cronograma do Programa Radar Social

De seguida apresentamos a cronologia das reuniões de trabalho e os parceiros envolvidos. Concluímos com o agrupamento das problemáticas, tendo por base as análises SWOT.

Reunião geral	
Levantamento dos problemas sociais	6 de novembro
Reuniões por grupos temáticos	
Juntas de Freguesias	21 de novembro
IPSS	22 de novembro
Saúde e Proteção	26 de novembro
Educação	28 de novembro
Emprego e Formação	29 de novembro

Primeira Reunião: Levantamento dos problemas sociais do concelho - Nuvem de Problemas

1.2 Agentes Sociais Envolvidos:

Juntas de Freguesia

Junta de Freguesia de Cristelo
Junta de Freguesia de Duas Igrejas
Junta de Freguesia de Lordelo
Junta de Freguesia de Louredo
Junta de Freguesia de Parada de Todeia
Junta de Freguesia de Paredes
Representante de Bitarães
Representante de Gondalães
Representante de Vila Cova de Carros
Junta de Freguesia de Vandoma

Instituições Particulares de Solidariedade Social

AIJA - Associação Para a Inclusão de Jovens e Adultos
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Mouriz
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - ADIL
Associação Social e Cultural de Louredo
Casa do Povo de Bitarães
Centro Social de Cete
Centro Social de Lordelo
Centro Social e Paroquial de Recarei
Centro Social e Paroquial de Vilela
Emaús - Associação de Apoio ao Deficiente Mental
S. Pedro – Centro Social da Sobreira
Santa Casa da Misericórdia de Paredes

Educação

Agrupamento de Escolas de Baltar
Agrupamento de Escolas de Paredes

Saúde e Proteção

Associação Paredes Pela Inclusão Social – APPIS
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa
Centro de Saúde de Paredes

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Paredes
Unidade Cuidados Continuados - UCC Paredes Rebordosa

Associações Humanitárias

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cete
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sobreira
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Vilela

Conferências Vicentinas

Conferência de Divino Salvador de Lordelo
Conferência de S. Vicente de Paulo de Bitarães
Conferência de S. Vicente de Paulo de Madalena
Conferência de S. Vicente de Paulo de Mouriz
Conferência de S. Vicente de Paulo de Paredes
Conferência de S. Vicente de Paulo de Vila Cova de Carros
Conferência Nossa Senhora do Rosário de Beire

Outras Entidades

Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS-5G
Instituto do Desenvolvimento - ID
Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas – PACD
Serviço de Apoio e Informação à Vítima – SAIV
Serviço de Atendimento e Acompanhamento de Paredes – SAAS

1.3 Reuniões em *Focus Group*

Juntas de Freguesias

Temas abordados - Educação/Emprego e Formação / Envelhecimento e Deficiência/ Saúde/ Habitação / Proteção Social / Imigração

Agentes sociais envolvidos:

Junta de Freguesia de Cete
Junta de Freguesia de Cristelo
Junta de Freguesia de Lordelo
Junta de Freguesia de Louredo
Junta de Freguesia de Parada de Todeia
Junta de Freguesia de Paredes
Representante da Junta de Freguesia de Gondalães
Representante da Junta de Freguesia de Mouriz
Junta de Freguesia da Sobreira
Junta de Freguesia de Sobrosa

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Temas abordados - Envelhecimento e Deficiência

Agentes sociais envolvidos:

AIJA - Associação Para a Inclusão de Jovens e Adultos
Associação de Solidariedade Social de Duas Igrejas - ADI
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Mouriz
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo – ADIL
Casa do Povo de Bitarães
Centro Social de Lordelo
Centro Social e Paroquial de Recarei
Centro Social e Paroquial de Vilela
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa
Santa Casa da Misericórdia de Paredes

Saúde

Agentes sociais envolvidos:

UCC de Paredes/Rebordosa
ULS de Paredes
ULS de Rebordosa

Educação

Agentes sociais envolvidos:

Agrupamento de Escolas de Baltar

Agrupamento de Escolas de Cristelo

Agrupamento de Escolas de Lordelo

Agrupamento de Escolas de Paredes

Agrupamento de Escolas de Sobreira

Agrupamento de Escolas de Vilela

Emprego e Formação

Agentes sociais envolvidos:

AGITO – Formação e Serviços, Lda.

Centro de Emprego de Valongo/GIP de Baltar e Rebordosa

Inforpreparação

Nortefor, Lda.

2. AGRUPAMENTO DE PROBLEMAS (DE ACORDO COM AS ANÁLISES SWOT)

Quadro n.º 1 – Educação

Problemas enunciadas nos Grupos de Trabalho	Agrupamento de Problemas
- Insuficiência nos recursos humanos (pessoal não docente e psicólogos) - Dificuldade na substituição do pessoal não docente em caso de ausência (responsabilidade do município); - Contratação Pública/Bolsa de Recrutamento (colocação dos profissionais nas escolas pela ordem de classificação); - Faixa etária dos profissionais; - Colocação de pessoal não docente nas escolas ao abrigo de programas do IEFP; - Mobilidade dos docentes;	Insuficiência de profissionais e dificuldades na contratação
- Acompanhamento e supervisão parental; - Baixas expetativas dos alunos e dos pais; - Baixa escolaridade dos pais; - Insuficiente envolvimento e participação na vida escolar, por parte de alguns pais; - Escola vista como “depósito” de crianças e confusão no papel atribuído à escola (confusão entre educação e formação);	Falta de envolvimento dos encarregados/as de educação no processo educativo
- Falta de salas em algumas escolas que possibilitem a criação de salas informática, clubes, entre outras; - Falta de salas e equipamentos para alunos com necessidades especificas; - Escolas sem conforto térmico; - Insuficiência de creches da rede pública; - Horários de funcionamento das respostas	Infraestruturas e recursos insuficientes nas escolas

educativas, que nem sempre se adequam às necessidades dos pais/famílias; - Necessidades de reforço no apoio ao estudo;	
- Rede de transportes que não está conjugada com as necessidades de algumas freguesias;	Fraca rede de transporte escolar
- Desafios colocados pela população migrante; - Desafios colocados pelo tempo reduzido de permanência dos alunos imigrantes nas escolas; - Imigrantes com muitas dificuldades económicas e défice de informação;	Dificuldades de integração social dos alunos migrantes
- Iliteracia Digital;	Iliteracia Digital
- Maior número de crianças com problemáticas mais profundas e mais desafiantes; - Falta de formação dos operacionais que trabalham com a população com necessidades específicas; - Alteração da Lei da Educação Inclusiva (não contempla a dimensão dos centros escolares); - Processos morosos nos encaminhamentos para apoios especiais;	Aumento de alunos com necessidades específicas e dificuldade de adaptação às novas necessidades

Quadro n.º 2 – Emprego e Formação Profissional

Problemas/Questões enunciadas nos Grupos de Trabalho e Workshop	Agrupamento de Problemas
- Necessidade de qualificação dos empresários; - Existência de um grande número de empresários que não concorda que os colaboradores frequentem formação; - Desincentivo por parte das empresas à formação, com o pagamento das horas de formação; - Desconhecimento dos apoios existentes por parte das empresas; - Grande número de empresas familiares, com empresários com baixas qualificações; - Lacunas existentes na lei sobre a obrigatoriedade de formação dos colaboradores, o que permite que seja contornada: necessidade de reformulação da lei;	Desvalorização da qualificação por parte da entidade empregadora
- Precariedade nos contratos de trabalho; - Grande número de despedimentos em período experimental; - Baixos salários no concelho, levando os jovens a emigrarem; - Falta de ambição por parte da população; - Falha na transmissão de valores sobre a importância do trabalho; - Dificuldades na gestão financeira das empresas devido ao peso da carga fiscal, custos dos salários e outros;	Precariedade nas condições laborais
- Baixa escolaridade da população; - Formação que pode não estar adequada às necessidades do mercado de trabalho; - A maior procura de formação é habitualmente feita por quem tem mais qualificações;	Baixas qualificações e necessidades de estratégias de incentivo à formação

- Ausência ou escassez de incentivos financeiros para algumas formações (ex: RVCC) e para níveis escolares mais elevados; - As ofertas de formação profissional são maioritariamente em horário pós-laboral; - Dificuldades na conciliação da vida pessoal, profissional que inviabiliza, sobretudo as mulheres, para a frequência de formação/melhoria das qualificações;	
- Fraca rede de transportes entre freguesias-dificuldades na mobilidade interna; - Saída da população para procura de trabalho fora do concelho; - Necessidade de um circuito urbano de transportes;	Rede de transporte deficitária a nível interno (ligação entre freguesias)
- Fraca divulgação de apoios que promovam a integração profissional de pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade; - Falta de disponibilidade, por parte das empresas, para contratar pessoas com deficiência; - Programas de apoio profissional (existem, mas não estão a ser aplicadas);	Fraca disseminação de apoios que promovam a integração profissional de pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade
- Insuficiência de recursos humanos no acompanhamento à população com maiores necessidades de *inputs* para a integração profissional; - Procura de emprego que não se coaduna com as ofertas (população não está disponível para determinadas ofertas); - Grupos de pessoas que não está preparada para o mercado de trabalho (por problemas de saúde ou falta de competências); - Existência de trabalho paralelo; - Inexistência de capacidade fiscalizadora pelo IEFP às empresas;	Insuficiência de profissionais que intervêm na população com maior dificuldade para a (re)integração no mercado de trabalho

Quadro n.º 3 – Família: Envelhecimento e Deficiência

Problemas/Questões enunciadas nos Grupos de Trabalho e Workshop	Agrupamento de Problemas
- Dependência financeira das instituições a subsídios e programas financiados; - Escassez de apoio financeiro por parte de segurança social e autarquia; - Necessidades de alargamento de acordos de cooperação; - Tabelas remuneratórias desiguais para colaboradores que desempenham as mesmas funções em Hospitais e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI); - Procedimentos excessivamente burocráticos;	Burocratização, dependência e peso financeiro nas instituições
- Falta de apoio ao cuidador informal; - Falta de conhecimento dos apoios existentes (atestado multiusos, complemento idosos); - Falta de apoio e medidas públicas que permitam auxiliar os salários das pessoas com deficiência;	Insuficiência de apoios e informação para grupos vulneráveis
- Insuficiência de técnicos;	Insuficiência de recursos humanos
- Isolamento social/solidão dos idosos; - Necessidade de vigilância nos maus tratos aos idosos; - Escassez de respostas sociais em Serviço Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Dia (CD) e Lares; - Preços elevados de algumas respostas (ex. Lares);	Insuficiente rede de respostas sociais para idosos
- Insuficiência de respostas para lidar com adultos com deficiência;	Insuficiente rede de respostas sociais para pessoas com deficiência

- Insuficiência de apoio à população portadora de deficiência;	
- Falta de estruturas adaptadas; - Escassez ou inexistência de transportes adaptados; - Rede de transportes fraca aos fins de semana; - Problemas de acessibilidades para os portadores de deficiência física; - Dificuldades na aquisição de viaturas adaptadas e produtos de apoio;	Problemas nas infraestruturas e mobilidade para pessoas com deficiência e idosos

Quadro n.º 4 – Saúde

Problemas/Questões enunciadas nos Grupos de Trabalho e Workshop	Agrupamento de Problemas
- Escassez de respostas quer para os cuidadores quer para os doentes; - Ausência de cuidadores informais na área da deficiência; - Escassez de profissionais e vagas na saúde mental; - Ausência de equipas de cuidados paliativos no concelho; - Escassez de enfermeiros de reabilitação; - Insuficiência de domicílios nos cuidados de saúde; - Apoios económicos escassos;	Insuficiência de recursos humanos e de resposta nos cuidados de saúde
- Escassez de respostas de SAD, CD e ERPI'S; - Dificuldade em encontrar respostas para portadores de deficiência, após a maioridade; - Falta de resposta, nas Unidades de Saúde, em horários alargados e/ou em situação de urgência; - Reduzida oferta de farmácias em horário alargado; - Insuficiência de respostas de especialidade – apenas um Hospital Central; - Equipamentos obsoletos e com falta de manutenção; - Unidades de Saúde sem horário alargado (Fins de semana só para casos urgentes); - Inexistência de Unidade de Cuidados Paliativos;	Insuficiência de respostas sociais e na saúde
- Inexistência de urgência psiquiátrica, no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS);	Agravamento da saúde mental e insuficiência de respostas

- Ausência/insuficiência de respostas adequadas na Saúde Mental; - Agravamento da Saúde Mental;	
- Saúde Mental associada a problemas de consumos de substâncias; - Aumento dos consumos de álcool e de substâncias ilícitas;	Aumento de consumos de substâncias psicoativas
- Tempo de espera nas consultas de psicologia e outras especialidades; - Insuficiência de técnicos; - Problemas na triagem do SNS24/ encaminhamentos errados, muitas vezes, por desconhecimento dos recursos; - Escassez de consultas (consultas do dia); - Aumento dos problemas de saúde crónicos;	Ineficiência e sobrecarga do Sistema de Nacional de Saúde
- Falta de medidas que promovam a saúde oral; Iliteracia na saúde oral;	Desvalorização dos cuidados de saúde oral
- Dificuldades no acesso aos produtos de apoio; - Muita burocracia no acesso a prestações sociais (ex: Apoio económico ao cuidador informal);	Dificuldade no acesso a apoios sociais

Quadro n.º 5 – Habitação

Problemas/Questões enunciadas nos Grupos de Trabalho e Workshop	Agrupamento de Problemas
- Preços elevados do custo das casas e rendas; - Especulação imobiliária; - Oferta de habitação insuficiente para a população com rendimentos mais baixos, devido à escassez de recursos e à falta de imóveis disponíveis no mercado; - Aumento da população imigrante; - Aumento dos preços no mercado imobiliário; - Rigidez do mercado de arrendamento.	Dificuldades no acesso à Habitação
- Condições habitacionais indignas no concelho, afetando várias famílias; - Contínuo agravamento das condições de habitabilidade das famílias;	Elevado número de habitações com problemas de salubridade
- Escassez de materiais de construção e o aumento dos custos na reabilitação e construção de novas habitações; - Aumento dos custos e escassez de materiais de construção;	Dificuldade de construção e reabilitação habitacional
- Falta de cobertura do serviço de abastecimento de água, saneamento e do serviço de recolha e drenagem de águas residuais;	Necessidade de alargamento da rede de água, saneamento e drenagem

3. PRIORIDADES E OBJETIVOS

O PDS é um instrumento estruturante, elaborado de forma concertada e articulada, onde se inscreve um projeto comum de mudança. Trata-se de um instrumento de trabalho que parte da identificação de problemas, para a apresentação de propostas de um conjunto de soluções.

Após o aprofundamento da realidade concelhia, revelou-se necessário agrupar as problemáticas em grandes grupos e definir as prioridades de intervenção, tendo por base toda a informação recolhida. Neste sentido, as soluções que apresentamos estão organizadas pelas problemáticas e por objetivos, gerais e específicos. Foi preocupação constante definir objetivos claros, precisos, datados no tempo, mensuráveis (quer os quantitativos quer os qualitativos) e sobretudo, adequados à realidade do concelho de Paredes.

Este PDS consiste num plano estratégico cuja implementação caberá ao município e ao conjunto de entidades que colaboram no âmbito da Rede Social, com capacidade de decisão e de intervenção fundamentalmente à escala local. Devido à natureza deste documento, não foram considerados alguns dos problemas identificados/agrupados, por se assumir que constituem matéria de outros planos estratégicos e áreas, e a sua resolução superar a competência das entidades envolvidas.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Eixo Prioritário: Educação

Problemas	Objetivos gerais	Objetivos específicos
Insuficiência de profissionais e dificuldades na contratação	Aumentar o número de profissionais e facilitar a contratação	Criar uma bolsa de profissionais que possam preencher as necessidades
		Contratar novos profissionais com recursos a medidas de emprego
		Promover ações de formação para os profissionais que integram as escolas
Falta de envolvimento dos encarregados/as de educação no processo educativo	Promover a interação dos Pais/Encarregados de Educação com a Escola	Melhorar e alargar a intervenção na área das competências parentais
		Dinamizar sessões que promovam a relação e aproximação pais-escola-comunidade
Insuficiência de infraestruturas e recursos nas escolas	Melhorar as infraestruturas dos edifícios escolares	Definir plano anual de manutenção para os edifícios e equipamentos escolares
		Melhorar e requalificar escolas
		Intervir em todos os edifícios escolares a nível da eficiência energética
		Colocação de cobertos e criação/requalificação de espaços verdes
Défices na rede de transporte escolar	Fortalecer a rede transporte escolar	Assegurar transporte escolar gratuito para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória
		Aumentar circuitos da rede de transportes e assegurar transporte gratuito para os alunos do Pré-escolar e 1º ciclo
		Organizar planos e trajetos de transporte através de veículos do Município ou IPSS, de forma a colmatar as lacunas existentes

	Garantir transporte para alunos com necessidades adicionais de suporte	Assegurar e supervisionar o transporte escolar gratuito para os alunos que apresentam necessidade específicas e se encontram nos estabelecimentos públicos de ensino
Dificuldades de integração social dos alunos migrantes	Promover a integração dos alunos migrantes	Orientar os alunos imigrantes que integram as escolas, através de acompanhamento e informação aos discentes e encarregados da educação
		Criar a figura de mediadores culturais para receção de alunos imigrantes
Iliteracia Digital	Promover competências digitais	Dinamizar sessões de competências digitais para profissionais, alunos e encarregados de educação
		Recorrer à Inteligência Artificial
Aumento de alunos com necessidades especificas e dificuldade de adaptação à novas necessidades	Aumentar os profissionais que prestam apoio aos alunos com necessidades específicas	Recrutar profissionais para um melhor acompanhamento dos alunos com necessidades adicionais de suporte
	Promover a qualificação dos profissionais que acompanham alunos com necessidades adicionais de suporte	Dinamizar ações de formação com os profissionais que acompanham alunos com necessidades adicionais de suporte
		Promover a rotatividade dos profissionais de forma a diminuir o desgaste rápido
		Criar parcerias com Centros de Formação para desenvolvimento de ações de formação dirigidas ao pessoal não docente

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Eixo Prioritário: Emprego e Formação

Problemas	Objetivos gerais	Objetivos específicos
Desvalorização da qualificação por parte das entidades empregadoras	Medidas ativas de emprego	Sensibilizar os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação mais ativa na concretização das Medidas Ativas de Emprego e em processos de inserção profissional
	Promover a valorização profissional	Dinamizar ações de sensibilização sobre a importância da formação junto das entidades empregadoras
		Desenvolver redes de colaboração entre instituições de ensino e profissionais da área da empregabilidade
		Disseminação de boas práticas
Precariedade nas condições laborais	Combater a precaridade laboral	Dinamizar sessões de informação sobre as medidas de apoio à contratação
		Sensibilizar para os riscos decorrentes do trabalho paralelo
		Promover ações que permitam identificar e combater práticas abusivas no trabalho, garantindo a proteção dos direitos dos trabalhadores
		Encaminhar para ofertas de emprego e qualificação profissional. Construção de projetos/percursos para o emprego, em articulação com o IEFP
		Oferecer orientação para a procura ativa de emprego, a elaboração de currículos e preparação para entrevistas de emprego

		Divulgar sobre respostas existentes no município que prestam a informação das ofertas de emprego, nomeadamente o "Clube de Emprego", "Espaço + Emprego" ou outras
Baixas qualificações e necessidades de estratégias de incentivo à formação	Valorizar a formação	Divulgar formação com vista a melhorar as competências profissionais e académicas
		Sensibilizar para a importância da formação contínua
	Capacitar para o mercado de trabalho	Fomentar habilidades técnicas e competências relacionadas com a resolução de problemas, criatividade e inovação.
	Apoiar a qualificação e requalificação de trabalhadores	Promover formação no âmbito da criação do autoemprego e empreendedorismo, nomeadamente "Espaço + Empreendedorismo", Serei Empreendedor e "Ecossistema empreendedor"
		Atribuir reconhecimento público às empresas que investem na qualificação
		Criação de parcerias entre as empresas e Centros de Formação, de forma a adequar as formações às necessidades das empresas
Rede de transporte deficitária (nível interno – ligação entre freguesias)	Aumentar e melhorar a rede de transportes internos	Melhorar a rede de transportes entre freguesias do concelho, em horário alargado
Fraca disseminação de apoios que promovam a integração profissional de portadores de deficiência	Promover a informação sobre as medidas de apoio à contratação das pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade	Divulgar as medidas de apoio à contratação junto das empresas, IPSS e população
	Aumentar os recursos humanos que prestam apoio e acompanhamento aos desempregados	Desenvolver programa de capacitação para profissionais que atuam em serviços de apoio à empregabilidade

Insuficiência de profissionais que intervêm com população com maior dificuldade na (re)integração no mercado de trabalho		Fortalecer e enriquecer as equipas técnicas que trabalham a população com maiores dificuldades de integração profissional
		Aplicar conhecimentos adquiridos em ações de capacitação, em contexto domiciliário

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Eixo Prioritário: População idosa e portadora de deficiência

Problemas	Objetivos gerais	Objetivos específicos
Insuficiência de apoios e informação para grupos vulneráveis	Promover o acesso à informação	Dinamizar sessões de informação sobre apoios e cuidados existentes
		Divulgar a existência do Estatuto do Cuidador Informal e valorizar a sua importância
		Reforçar as competências dos profissionais
		Desconstruir uma visão estereotipada da velhice e deficiência
		Promover uma relação mais humanizada e intergeracional, de partilha de valores na comunidade
Insuficiência de recursos humanos	Aumentar o número de profissionais	Criar parcerias com o IEFP para a contratação, no âmbito da medida Contratos Emprego-Inserção (CEI)
		Formar profissionais que possam preencher as necessidades das instituições com respostas da população idosa e portadora de deficiência
Insuficiente rede de respostas sociais para idosos	Promover o envelhecimento ativo	Divulgar e integrar idosos em atividades de promoção do envelhecimento ativo
	Aumentar a capacidade de resposta para a população idosa	Recorrer a programas nacionais de alargamento e requalificação das respostas sociais
		Referenciar as situações não previstas nas respostas padronizadas e criar alternativas de apoio
		Promover apoios específicos e personalizados destinados às pessoas idosas e suas famílias

		Dinamizar ações de sensibilização sobre questões relacionadas com o envelhecimento
		Valorização dos profissionais da área de cuidados à população idosa
		Criar redes de apoio, com recurso a voluntários
	Promover a autonomia do idoso	Apoiar os idosos autónomos com serviços de apoio (ex: Teleassistência)
Insuficiente rede de respostas sociais para pessoas com deficiência	Inclusão social dos indivíduos portadores de deficiência	Recorrer a programas nacionais de alargamento e requalificação das respostas sociais
		Proporcionar a pessoas portadoras com deficiência o contacto com modalidades diferenciadas (Boccia, risoterapia, natação. equitação, golfe, entre outras…)
		Dinamizar ações de sensibilização sobre questões relacionadas com a deficiência
		Valorização os profissionais da área de cuidados à população portadora de deficiência
Problemas nas infraestruturas e mobilidade para pessoas com deficiência e idosos	Melhorar habitações e infraestruturas de facilitação à mobilidade	Divulgar os programas nacionais de melhoria e requalificação das habitações e infraestruturas
	Apoiar no transporte e mobilidade das pessoas portadoras de deficiência	Assegurar, mediante celebração de protocolos, o transporte de pessoas portadoras de deficiência

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Eixo Prioritário: Saúde

Problemas	Objetivos gerais	Objetivos específicos
Insuficiência de respostas sociais e na saúde	Aumentar a capacidade das respostas sociais	Recorrer a programas nacionais de alargamento e requalificação das respostas sociais
		Priorizar a integração de pessoas em situação de saúde frágil em respostas sociais
Agravamento da saúde mental e insuficiência de respostas	Promover a saúde mental	Sensibilizar para acompanhamento psicológico
		Promover campanhas de sensibilização para reduzir o estigma associado às doenças mentais
		Promover programas preventivos, para as populações mais vulneráveis
		Implementar políticas públicas no município que assegurem um financiamento adequado para a saúde mental
		Prestar apoio psicológico a crianças, jovens e adultos (Gabinete de Apoio Psicológico do Município - GAP)
		Apoiar vítimas de violência doméstica (SAIV)
	Promover relações saudáveis pais-filhos	Dinamizar sessões de Parentalidade Positiva, com pais ou representantes legais
Aumento de consumos de substâncias psicoativas	Divulgar e promover estilos de vida saudáveis	Encaminhar a população com dependências para o Programa “Arrisca-te ao sucesso”
Ausência de ações de promoção da saúde oral	Criar programas de promoção de saúde oral	Dinamizar sessões de promoção de hábitos de higiene e saúde oral
		Divulgar os apoios e respostas existentes no âmbito da saúde oral (ex: cheque-dentista)
Dificuldade no acesso a apoios	Promover informação sobre os apoios existentes	Informar sobre os apoios existentes e diligência a empenhar

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Eixo Prioritário: Habitação

Problemas	Objetivos gerais	Objetivos específicos
Dificuldades no acesso à Habitação	Assegurar o acesso à habitação da pessoa vulnerável	Promover medidas que facilitem o acesso à habitação
		Criar uma plataforma que disponibilize as casas disponíveis para arrendamento privado
	Gerir o Parque Habitacional Social	Acompanhar, através de visitas domiciliárias e outras diligências, famílias integradas em habitação social
		Aferir se a utilização dos fogos habitacionais está em conformidade com as normas regulamentadas
		Manter atualizado o diagnóstico de situações a apoiar
		Garantir condições habitacionais aos moradores integrados na habitação social concelhia
Elevado número habitações com problemas de salubridade	Promover a qualidade habitacional	Apoiar na divulgação das medidas de apoio nacionais à requalificação das habitações
		Fortalecer a sustentabilidade, através da implementação de práticas ambientais corretas no planeamento e execução de melhorias habitacionais
		Valorizar o espaço habitacional, de forma a tornar as moradias mais confortáveis e funcionais
		Apoiar (economicamente) famílias carenciadas para obras de requalificação habitacional
	Combater a insalubridade	Melhorar as condições sanitárias e de higiene nas habitações, incluindo o acesso a saneamento básico, água potável e energia elétrica

Dificuldade de construção e reabilitação habitacional	Garantir o acesso a financiamentos públicos	Recorrer a fundos comunitários e programas de apoio à habitação social ou financiamento de projetos de reabilitação e construção de novas habitações
Necessidade de alargamento da rede de água, saneamento e drenagem	Assegurar o alargamento dos serviços municipalizados de água e saneamento	Promover esforços que visem o aumento da cobertura do abastecimento de água, saneamento e drenagem a todo o município.

4. AVALIAÇÃO

Qualquer trabalho de planeamento tem inerente à sua essência um processo de avaliação. Trata-se de um momento fulcral, uma vez que só com uma monitorização e avaliação eficazes, se consegue melhorar e corrigir os aspetos menos positivos da sua execução.

A avaliação faz parte do processo de planeamento, pressupondo que haja um dispositivo de acompanhamento, monitorização e gestão desta avaliação. Deverá avaliar-se os méritos de uma intervenção e fornecer informações sobre os seus fins, gestão, funcionamento, expectativas, resultados, impactos e custos. Assim sendo, procurar-se-á avaliar os resultados das ações, para identificar as condições de sucesso, aspetos críticos, fraquezas, ameaças o que, consequentemente, permitirá adaptar as ações às novas realidades e desafios, implicando de forma ativa os parceiros envolvidos no CLASP.

Posto isto, a avaliação do Plano de Desenvolvimento Social deverá obedecer aos seguintes critérios:

- Adequação das respostas às necessidades (avaliar se as ações são coerentes e exequíveis tendo em conta os objetivos propostos)
- Pertinência (avaliar se as intervenções/ ações se revelam oportunas e justificáveis face ao contexto global)
- Eficácia (avaliar em que medida as ações foram realizadas e os objetivos atingidos)
- Eficiência (avaliar em que medida os resultados se enquadram na melhor forma de rentabilização dos recursos utilizados)
- Equidade (verificar se contribui para um maior equilíbrio na distribuição geográfica – tipo de distribuição dos recursos efetuada entre indivíduos, grupos, regiões, etc.)
- Impacto (avaliar em que medida é que as atividades potenciaram alterações (sociais, territoriais, etc.)
- Resultados produzidos (avaliar em que medida foram alcançados os objetivos inicialmente propostos)

Para a avaliação deste PDS recorreremos a uma combinação estratégica, que junta a avaliação *on-going* com a avaliação *ex-post*. No primeiro momento, trata-se essencialmente de monitorizar as ações, percebendo se estão a ser executadas ou não, de que forma, quais os constrangimentos que podem ser ultrapassados e o que pode ser

feito para melhorar a sua aplicabilidade. Posteriormente, o objetivo prende-se, fundamentalmente, com a medição do sucesso da sua execução, com vista à sua aplicação noutros momentos de planeamento.

De referir, que a avaliação deste PDS é da responsabilidade da Câmara Municipal de Paredes, entidade responsável pela dinamização da Rede Social, e do Núcleo Executivo que compõe este CLASP.

No entanto, importa salientar, que o sucesso e resultado final deste Plano, depende da colaboração de todas as entidades e parceiros que compõe a Rede Social.

5. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE PAREDES

Núcleo Executivo

Câmara Municipal de Paredes
Centro Distrital da Segurança Social do Porto
Centro de Saúde de Paredes
Junta de Freguesia de Paredes
Obra de Assistência Social de Sobrosa

Emprego/Formação Profissional

Centro de Emprego de Valongo
AGITO – Formação e Serviços, Lda.
ASEP – Associação de Empresas de Paredes
Inforpreparação
Nortefor, Lda.
QVC – Consultores, Lda.
Sensuum

Órgãos de Poder Local

Junta de Freguesia de Aguiar de Sousa
Junta de Freguesia de Astromil
Junta de Freguesia de Baltar
Junta de Freguesia de Beire
Junta de Freguesia de Cete
Junta de Freguesia de Cristelo
Junta de Freguesia de Duas Igrejas
Junta de Freguesia de Gandra
Junta de Freguesia de Lordelo
Junta de Freguesia de Louredo
Junta de Freguesia de Parada de Todeia
Junta de Freguesia de Paredes
Junta de Freguesia de Rebordosa
Junta de Freguesia de Recarei
Junta de Freguesia de Sobreira
Junta de Freguesia de Sobrosa
Junta de Freguesia de Vandoma

Junta de Freguesia de Vila Cova de Carros
Junta de Freguesia de Vilela

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Associação de Apoio à 3ª Idade de S. Miguel de Beire
Associação para a Inclusão de Jovens e Adultos – AIJA
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Vilela
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa – ADR
Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira – APDIS
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo – ADIL
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Mouriz
Associação Solidariedade Social – A Chacra Rainha Santa Isabel
Associação Social e Cultural de Louredo
Associação Um Novo Cântico
Associação Salvador
Casa do Povo de Bitarães
Centro Social de Cete
Centro Social e Paroquial de Baltar
Centro Social e Paroquial de Parada de Todeia
Centro Social e Paroquial de Recarei
Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra
Centro Social e Paroquial de Vilela
Centro Sócio Educativo e Profissional da Parteira, Lordelo
Emaús - Associação de Apoio ao Deficiente Mental
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa
Obra Padre Américo – Casa do Gaiato de Beire
S. Pedro – Centro Social da Sobreira
Santa Casa da Misericórdia de Paredes

Educação

Agrupamento de Escolas de Baltar
Agrupamento de Escolas de Cristelo
Agrupamento de Escolas de Lordelo
Agrupamento de Escolas de Paredes
Agrupamento de Escolas de Vilela

Agrupamento de Escolas de Sobreira
Escola Secundária de Paredes

Saúde e Proteção

Associação Paredes Pela Inclusão Social – APPIS
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI-Porto Oriental
Unidade de Cuidados Continuados Paredes/Rebordosa

Associações e Humanitárias

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cete
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lordelo
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Baltar
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rebordosa
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sobreira
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Vilela

Conferências S. Vicente de Paulo

Conferência de Divino Salvador de Lordelo
Conferência de S. Vicente de Paulo de Baltar
Conferência de S. Vicente de Paulo de Bitarães
Conferência de S. Vicente de Paulo de Cete
Conferência de S. Vicente de Paulo de Duas Igrejas
Conferência de S. Vicente de Paulo de Gandra
Conferência de S. Vicente de Paulo de Gondalães
Conferência de S. Vicente de Paulo de Louredo
Conferência de S. Vicente de Paulo de Madalena
Conferência de S. Vicente de Paulo de Mouriz
Conferência de S. Vicente de Paulo de Parada de Todeia
Conferência de S. Vicente de Paulo de Paredes
Conferência de S. Vicente de Paulo de Rebordosa
Conferência de S. Vicente de Paulo de Recarei
Conferência de S. Vicente de Paulo de Vandoma
Conferência de S. Vicente de Paulo de Vila Cova de Carros

Conferência de S. Vicente de Paulo de Vilela

Conferência Nossa Senhora do Rosário de Beire

Coletividades Diversas

CRL – Cooperativa de Eletrificação a LORD

Fundação a LORD

Obra Caridade O doente Paralítico

Fábrica da Igreja Paroquial de Baltar

Fábrica da Igreja da Freguesia de Salvador de Lordelo

Outros

DIAVERUM

ID – Instituto do Desenvolvimento

Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS

Serviço de Apoio e Informação à Vítima – SAIV

Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas – PACD

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADI - Associação de Solidariedade Social de Duas Igrejas
ADIL - Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo
ADR - Associação de Desenvolvimento de Rebordosa
AIJA – Associação para a Inclusão de Jovens e Adultos
APDIS - Associação Para o Desenvolvimento Integral de Sobreira
APPIS - Associação Paredes pela Inclusão Social
ASEP – Associação de Empresas de Paredes
CD - Centro de Dia
CEI – Contratos Emprego-Inserção
CHTS - Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa
CLASP - Conselhos Locais de Ação Social de Paredes
CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social
CRI - Centro de Recursos para a Inclusão
CRL - Cooperativa de Responsabilidade Limitada
ERPI - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
GAP – Gabinete de Acompanhamento Psicológico
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
PACD – Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais
SAAS - Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social
SAD - Serviço Apoio Domiciliário
SAIV – Serviço de Apoio e Informação à Vítima
SNS – Serviço Nacional de Saúde
UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade
ULS - Unidade Local de Saúde

BIBLIOGRAFIA

- Diagnóstico Social do Concelho Local de Ação Social de Paredes: 2024.

- Modernização do Estado e da Administração Pública. (2006) "Decreto-Lei n.º 115/2006". *Diário da República n.º 114/2006, Série I-A de 2006-06-14*. https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2006-140094861-139891115

- Modernização do Estado e da Administração Pública. (2020) "Decreto-Lei n.º 55/2020". *Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12*: 8 - 17. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2020-140087205

- Ruivo, Fernando (2000). *Poder Local e Exclusão Social*. Coimbra: Quarteto.

CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES